



Onde Mora a Chama da Esperança

IDOLO

Periodicidade Bimestral Ano 15 ● Fundada
em 2007 ● Edição nº67 ● Fevereiro/Março 2022

100,00
MT



Paulo Oliveira

HONRA MOÇAMBIQUE NO RALLY DAKAR



**Industrialização
combate à pobreza**

Salim Valá
PCA da BVM



**Golfe é um veículo de
relação empresarial**

Benjamin Fernandes
Presidente do Clube de Golfe da Polana





Caro Cidadão

Proteja-se de burlas através
do telemóvel. Não use, compre,
venda nem aceite **cartões SIM**
registados em nome de outra
pessoa.

Um apelo



INCM

Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
Autoridade Reguladora das Comunicações

15 Anos de existência e consolidação!



Erika de Jesus

Vivemos um momento especial! Celebramos este mês, 15 anos da nossa existência como empresa de comunicação. Festejamos num período atípico em que o mundo é absorvido pela maldita pandemia da Covid-19. A crise trouxe à tona a importância da função de cada um na sociedade, individual e colectivamente, incluindo a nossa empresa. Ao resgatarmos a história da Ídolo, desde a sua concepção até aos dias actuais, todas as peças parecem encaixar-se no plano evolutivo da indústria de comunicação no país, no contexto da ciência, tecnologia e inovação em Moçambique. Uma combinação ideal que permitiu à Ídolo atingir os 15 anos de existência e consolidar-se como referência nacional.

Ao fundarmos a Ídolo, em 2007, o objectivo era de criar e sedimentar referências no nosso belo Moçambique, elevando-as a um patamar inquestionável. Nalgum momento conseguimos fazer isso, projectando personalidades individuais e colectivas, onde agregámos órgãos do governo e empresas públicas e privadas. Ganhámos notoriedade, simpatia e carinho público, porque soubemos, de forma arrojada, preservar e pavimentar o nosso ideal, cumprindo com a nossa missão, visão e com os nossos valores.

É interessante observar que mesmo com as mudanças verificadas ao longo dos anos e no escopo de actuação da instituição, esses três pilares mantêm-se, com produtos e serviços credíveis e acessíveis, e que impactam de forma positiva na vida das pessoas e das instituições. Aliás, actuamos eficazmente na defesa, promoção e no desenvolvimento de uma sociedade pluralista.

À época, não se imaginava ter um naipe de produtos que viessem interessar a diferentes segmentos da sociedade moçambicana e não só. Mas, na verdade, hoje somos aplaudidos por apresentarmos instrumentos de comunicação (revistas e jornais na forma impressa e digital) relevantes, e por sermos um agente fomentador de boas práticas e apoiante de iniciativas de reconhecimento mérito, promovidas por diferentes actores da sociedade.

Crescemos na qualidade com a realidade dos factos, pautando por uma gestão criteriosa e desapaixonada. A estruturação dos processos baseados numa relação profissional e de confiança, com os nossos parceiros, permitiu-nos migrar para diversas experiências inovadoras que ajudaram a fortalecer a Ídolo como empresa de comunicação.

A Ídolo conseguiu criar uma identidade própria, que ela mesma estabeleceu. Todo mundo vê a importância que ela tem. Uma estrutura sólida, que não fica sujeita a ondas, modismos ou questões políticas. A Ídolo tem um lastro que é impressionante. E podemos construir muito mais. Este é o desafio que encaramos. Por isso, ao celebrarmos os 15 anos, não deixamos de reconhecer e agradecer o apoio dos nossos colaboradores, parceiros, amigos e fiéis consumidores dos nossos produtos e serviços. Todos juntos, fizemos os 15 anos da nossa existência e consolidação como referência nacional! A pautar nesse diapasão, juntos continuaremos! ■

Parceiros & Clientes:



Industrialização contribui para o combate à pobreza

-Salim Valá,
PCA da BVM

O académico e Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Cipton Valá, referiu que a tendência actual do programa de Industrialização de Moçambique (PRONAIMO) tem por pilar financeiro um fundo Catalítico com uma capitalização-alvo de mil milhões de USD, com o objectivo de apoiar financeiramente as iniciativas de industrialização, em particular do sector privado, mas também em regime de Parceria Público Privado (PPP).

Para o académico, a relação entre os Mercados de Capitais/BVM e o PRONAIMO é de simbiose, onde ambos ganharão com a intervenção colaborativa, convergência de propósitos e a conjugação de esforços.

"Se por um lado a BVM pode e deve beneficiar como plataforma preferencial dos mecanismos de financiamento do PRONAIMO, por outro lado, com a BVM plenamente envolvida, o PRONAIMO terá maiores facilidades em atingir os objectivos a que se propõe, desde

logo na captação dos recursos financeiros para o fundo catalítico", realçou.

Na sua visão, a capitalização de mil milhões de USD só será atingida se os potenciais financiadores/investidores sentirem conforto na estrutura de governação do fundo e a sua listagem em Bolsa funciona como um atractivo fundamental para que os investidores se sintam confortáveis em aportar os seus recursos financeiros.

"Diria mesmo que sem essa segurança (que resulta dos mecanismos de escrutínio público, trans-

parência e governança), o fundo catalítico terá maiores dificuldades de conseguir atrair financiamento nesta escala e os que conseguir serão sempre de forma mais lenta e diminuta, comprometendo todo o desiderato do programa", fincou.

Inversamente, de acordo com o PCA da BVM, o simples facto de listar o fundo em bolsa é em si mesmo um forte sinal para os investidores de que o mesmo pretende ser escrutinado e prestar contas publicamente.

Valá acrescentou que o investi-





mento do fundo num portfólio de produtos financeiros (de financiamento às empresas e projectos de industrialização) funciona também como catalisador para que outros investidores (não necessariamente participando directamente no fundo) invistam nesses mesmos produtos, alargando o valor dos recursos que serão alocados ao PRO-NAIMO, muito para além da capitalização do próprio fundo.

“Do ponto de vista da constituição, viabilização e operacionalização do fundo catalítico, a sua listagem em bolsa é fundamental. As vantagens de capitalização do fundo em bolsa são igualmente para a própria Bolsa e um excelente contributo para o desenvolvimento dos mercados de capitais moçambicano”, frisou.

No entanto, o dirigente refere que o potencial deste projecto é enorme e, se bem direccionado é

capaz de impactar muito positivamente toda economia moçambicana, mitigando os desequilíbrios estruturais e gerando riqueza.

“Esta é uma oportunidade única para acelerar de forma substancial o desenvolvimento do Mercado de Capitais em Moçambique e uma estratégia inteligente de Moçambique para atrair fundos essenciais para o seu desenvolvimento económico e social, de forma substancial e acelerada”, disse ■

“Esta é uma oportunidade única para acelerar de forma substancial o desenvolvimento do Mercado de Capitais em Moçambique”



Foto: Júlio Saul

Maldição dos Recursos Naturais

6

Quanto à questão das armadilhas que os recursos naturais podem acarretar, Salim Valá diz que nenhum país subdesenvolvido e pobre está livre da “maldição dos recursos naturais”, sobretudo devido à convergência de problemas como a fraqueza das instituições, má governação, prevalência de instabilidade e conflitos, políticas económicas erráticas e dependência excessiva da extracção e exportação de recursos naturais.

O académico acresce que a profusa literatura económica tem evidenciado que a descoberta de reservas de petróleo e gás natural e a sua exploração podem não contribuir para melhorar as condições de vida da maioria da população dos países detentores desses recursos.

“É preciso não perder de vista que a indústria extractiva é das

É preciso não perder de vista que a indústria extractiva é das mais difíceis de serem geridas correctamente, a volatilidade dos preços mundiais e a ascensão e queda das reservas

mais difíceis de serem geridas correctamente, a volatilidade dos preços mundiais e a ascensão e queda das reservas de um país podem produzir grandes flutuações nas finanças de um governo e o facto

de elevadas receitas poderem fluir de forma imprevisível e serem facilmente escondidas”, alertou.

Apesar deste fenómeno, Valá, dá exemplos de países detentores de recursos naturais que não caíram na “maldição”, como a Noruega, Canadá, Finlândia, Grã-Bretanha, Namíbia, Malásia e Botswana, que possuem elevadas receitas, economias diversificadas e instituições democráticas sólidas e que, exploram esses recursos naturais em benefício da sua população.

“Nós já aprendemos com outros países como evitar a “maldição dos recursos naturais” e fazer com que os recursos sejam uma bênção para serem usados como meio para promover o bem-estar do Povo. Sabemos onde estão as armadilhas e como podemos contorná-las”, realçou ■



Perspectivas económicas para 2022



Segundo o FMI, a previsão económica de Moçambique para 2022 é decrescimento económico de 4%, mas as previsões do Banco Mundial são mais optimistas, apontando para um crescimento de 5,3%. O Ministério da Economia e Finanças previa um crescimento de 1,5% em 2021 e de 2,9% para 2022, onde a prioridade será dada às áreas da agricultura, pesca, energia e indústria extractiva.

No país, de acordo com o PCA da Bolsa de Valores de Moçambique, o Governo prevê manter a taxa de inflação média anual em cerca de 5,3%; alcançar o valor de 5.203,0 milhões de dólares em exportação de bens. As receitas do Estado rondarão cerca de 293.102,5 milhões de metical, correspondentes a 26,1% do PIB; e, as despesas do Estado em 2022 poderão situar em 450.576,8 milhões de metical, correspondente a 40,1% do PIB. O Défice Orçamental irá situar-se em 157.474,3 milhões de metical, equivalente a 14% do PIB.

Na dimensão social por exemplo, Valá refere que a educação,

saúde e acção social vão apostar na contínua provisão de serviços primários orientados para as populações, nas zonas rurais e urbanas. Nesse sentido, a educação vai absorver a maior parcela da despesa prevista no OE de 2022, com uma dotação de 22,5%, seguindo-se a saúde, com 13,5%.

O nosso interlocutor enfatizou que o arranque em força da indústria do gás natural, após a suspensão das actividades da petrolífera francesa TOTAL em 2020, foi dado pela chegada à Moçambique da plataforma flutuante Coral Sul, da ENI, já no final de 2021, e cujas receitas anuais ao Estado em 2022 rondarão os 34,5 milhões USD.

“Em anos de produção estável, estima-se que as receitas anuais deste projecto sejam de cerca de 110 milhões de dólares. Outros empreendimentos na indústria do gás aguardam a Decisão Final de Investimento, e espera-se para breve o reinício das actividades da TOTAL,

uma vez asseguradas as condições para o efeito”, disse.

O académico fundamenta que a entrada das receitas provenientes do negócio do gás natural vai colocar uma pressão sobre o metical, no sentido da sua valorização, o que poderá beneficiar o crescimento económico do país, se também apostar-se na diversificação da economia, em particular a agricultura, e se a política monetária não for excessivamente restritiva relativamente à liquidez de divisa. A existência de um Fundo Soberano, como tem sido previsto, poderá constituir certamente um elemento muito favorável à concentração das receitas do gás, e à sua gestão criteriosa e alocação em prol da economia e da sociedade, para as gerações actuais e as vindouras ■

7

Em que a BVM está focada?



A BVM conforme refere o seu presidente, está focada num leque de objectivos estratégicos orientados para: i) atracção de mais empresas para a cotação em Bolsa; ii) criação de novos mercados, produtos, serviços e instrumentos financeiros; iii) adequação tecnológica das plataformas de negociação e de registo centralizado de títulos; iv) aprimoramento do quadro regulamentar para o tornar mais atractivo para as empresas e investidores; v) capacitação técnica e gerência dos colaboradores da BVM e demais parti-

cipantes no mercado de capitais; vi) medidas de estímulo e incentivo para a entrada de empresas e de investidores estrangeiros para o nosso mercado, e; vii) tornar a Bolsa de Valores um centro de negócios de referência e um efectivo barómetro da economia moçambicana.

“Tendo em conta esta “nova realidade”, as tendências das Bolsas de Valores estão a ser direccionadas para uma dinamização muito grande na criação de serviços aos “clientes” que lhes façam sentir a não necessidade do contacto presencial”, concluiu ■



-afirma Salim
Cripton Valá, PCA
da BVM

Moçambique dispõe de recursos para desenvolver a economia

8

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Valá, afirma que Moçambique tem recursos suficientes para catapultar o desenvolvimento económico nacional e contribuir para a prosperidade da população.

Segundo Valá, é possível colocar Moçambique em outros patamares de desenvolvimento económico, pois, o país tem uma população maioritariamente jovem, terra fértil para a produção agrícola, pecuária, florestas, clima tropical e subtropical, chuvas



*A indústria
extractiva, baseada
no capital intensivo,
não é a solução para
a criação do nível de
emprego necessá-
rio para absorver a
crescente população
activa*



abundantes, mais de 1 milhão de hectares de águas interiores, áreas de conservação para a exploração turística, extensa costa marítima (pescas, turismo) e portos com grande capacidade de manuseamento de cargas.

O PCA da BVM acrescentou que o aumento do emprego e rendimento para as famílias é fundamental para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento humano.

“A indústria extractiva, baseada no capital intensivo, não é a solução para a criação do nível de emprego necessário para absorver a crescente população activa,



além disso, Moçambique demanda muitos projectos de mão-de-obra intensiva, como os de infra-estruturas, indústria transformadora, agro-negócio e turismo”, disse.

Sendo assim, de acordo com Valá, o crescimento inclusivo deve ser sensível ao género, geografia, grupos sociais e sectores (a pobreza é maior na orientação norte-centro-sul) e no meio rural (e é mais acentuada no campo que nas cidades).

O nosso interlocutor recordou que desde 2016, a economia moçambicana em recuperação começou a desacelerar, e os principais indicadores macroeconómicos foram seriamente abalados (Crescimento do PIB, inflação, taxa de câmbio, RIL, IDE, Exportações).

“Os eventos climáticos extremos impactaram na economia, geraram retrocessos nos investimentos em infra-estruturas e na

implementação de serviços. Afetaram a estabilidade das empresas, o ambiente de negócios e o índice de competitividade”, realçou.

Conforme o académico, os riscos e incertezas da economia global afetaram e vão continuar a afectar a economia doméstica, em virtude da elevada vulnerabilidade da economia moçambicana a factores externos.

“A economia de Moçambique atravessa ainda momentos difíceis, que exigem decisões corajosas e audazes, mas as perspectivas para o futuro, a partir de 2022-23, revelam-se promissoras”, fincou.

Contudo, Valá diz que é necessário implementar medidas e políticas para manter a dívida numa trajectória sustentável, reduzir as vulnerabilidades e libertar recursos para despesas prioritárias.

Com uma gestão adequada, a riqueza em recursos naturais pode

dar um apoio substancial ao desenvolvimento económico sustentável”, adiantou.

O PCA refere que a diversificação da económica é um desafio primordial para aumentar a produtividade e evitar a dependência excessiva dos recursos naturais e acrescenta, “é vital desbloquear o potencial de crescimento, através de reformas ousadas e transformativas”.

Conclui que é preciso estimular os investimentos de longo prazo; reforçar as medidas de protecção das famílias mais vulneráveis; promover a inclusão educacional, digital e financeira (Bolsa de Valores); potenciar os mecanismos de transparência governativa; fortalecer os dispositivos de adaptação às mudanças climáticas; combater a corrupção, essencial para que se possa construir infra-estruturas e ampliar os serviços públicos ■

Texto: Belodêncio Nhabinde/Júlio Saul

Modelo da deslocalização agrega valor ao ensino

A tecnologia não conhece limites. Numa era em que os smartphones e tablets estão presentes no nosso dia-a-dia, a transformação digital, em quase todos os sectores, está a ter um grande impacto na sociedade, e no sector da educação, essa nova realidade não é diferente. As gerações actuais

“As gerações actuais não nasceram para o confinamento dentro dos limites típicos do sistema de ensino tradicional e virtual”

-Lourenço Dias,
director-geral
da CBS

não nasceram para o confinamento dentro dos limites típicos do sistema de ensino tradicional e virtual. A curiosidade da nova geração é vasta e não pode ser sanada com métodos antiquados de aprendizagem ou pontos de vista únicos. É por isso que professores e outros profissionais da educação reconhecem os benefícios da tecnologia dentro da sala de aula.

Numa sala de aula, a educação digital vai muito além do uso do smartphone e tablet. Trata-se de uma mudança sócio-cultural que requer a adopção de processos educacionais cada vez mais dinâmicos e interactivos.

Por isso, o professor Lourenço Dias da Silva, director-geral da Corporate Business School (CBS), defende a adopção do modelo da deslocalização ou smatphenezação, criado a 29 de Junho de 2012 muito antes do surgimento da pandemia da Covid-19 com vista a facilitar a conectividade geográfica.

O modelo de deslocalização, através da plataforma SU-SE-Learning permite lançar aulas em tempo real por meio do smartphone e chegam a qualquer parte do mundo, permitindo a partir daí, diminuir custos de deslocação, tempo de horas

Fotos: Júlio Saul



“O modelo de deslocalização lança as aulas em tempo real por meio do smartphone e chegam a qualquer parte do mundo”

de professores, tempo de perda por não assistir as aulas. Permite que o aluno assista aulas quando quiser.

O professor explicou que o grupo alvo deste modelo de ensino é a família, creches, escolas primárias, secundárias e essencialmente o ensino superior.

“Porquê é que optamos mais no smartphone? Porque com smartphone há mais facilidades de enviar ficheiros do que no computador. Uma das vantagens, é que você tem capacidades de levar o smartphone para casa e ensinar aos amigos e familiares o que aprendeu. E portanto, com o computador isso torna-se difícil”, esclareceu.

No entanto, para a materialização deste modelo, segundo Lourenço Dias da Silva, a CBS conta com o apoio das autoridades governamentais. Importa realçar que de acordo com o académico, não existe nenhuma competição entre o modelo da smartphonezação e o ensino à distância (EaD), como se pode interpretar.

“O que fazemos quando estamos a ensinar? É complementar o ensino com diversos métodos para um fim específico e hoje as sociedades são alimentadas por melhores metodologias pedagógicas Compliance and Choice (cumprir-se a lei e honestidade), Safety and Security (segurança e protecção) ■

Texto: Belodêncio Nhabinde/Júlio Saul

Smartphonezação é solução para o processo educacional

-defende
Hélder dos Santos
Nhabanga, Gestor de
Estratégia Digital
na CBS

O jovem gestor de estratégia digital na Escola Superior de Gestão Corporativa e Social (ESGCS), Hélder Nhabanga, defende a ideia do uso de smartphones no sistema nacional de educação por forma a integrar as Melhores Metodologias Pedagógicas – *Compliance & Choice and Safety and Security* - Ciber segurança: Acessível, Compreensível, Comparável e Auditável pelos *Stakeholders*, assim como o “e Social” - Carta dos Direitos Humanos na Era Digital, contribuindo assim para a Inclusão da Demanda Qualificada, como acontece em outros cantos do mundo.

Para lograr este objectivo, está previsto para Março, o lançamento da plataforma de aprendizagem virtual baptizado com o nome (SUSE) - Sustentabilidade Educacional, um acto que poderá contribuir para a concretizar a smartphonezação no sector da educação.

Com isso, Hélder dos Santos sustenta que as estatísticas globais mostram que cerca de 65% da população a nível mundial, particularmente nas zonas urbanas usa smartphone no tempo médio estimado acima de três horas por dia, daí que se vislumbra uma oportunidade soberana para apropriação dos dispositivos móveis para o serviço do desenvolvimento, sobretudo no sector da educação em Moçambique.

O jovem dá exemplo do lançamento do Iphone 6 na China. “Em 2014, quando se lançou o Iphone 6, o governo da China comprou todos os Iphone 5 e distribuiu para as escolas e passaram a usar o

telemóvel como um veículo de aprendizagem e disseminação de informação sobre cidadania entre outros de interesse nacional”, referiu.

Neste momento, de acordo com o nosso interlocutor, a Corporate Business School (CBS), está a desenvolver uma plataforma chamada SUSELearning, um projecto de concretização da Smartphonezação no contexto da educação.

O jovem gestor, esclareceu que a plataforma traz uma solução que se aplicada pode reduzir os desafios que existem no sistema educacional do país, nomeadamente, a falta de professores e capacidade infra-estrutural pois considera, que uma aula gravada e lançada na WEB é pode ser assistida por milhares de pessoas em qualquer canto do mundo.

“O que estamos a fazer com o projecto SUSELearning é lançar um aplicativo mobile que vai permitir o gerenciamento da aprendizagem baseado num pequeno smartphone, onde os professores terão o privilégio de gravar as aulas, armazená-las na plataforma e os demais recursos para interacção com os alunos através de dinâmicas de forma retoma e em tempo real, rejeitando as limitações geográficas”, realçou.

O mentor do projecto explicou que a plataforma irá incorporar exercícios e

Fotos: Júlio Saul

outros recursos educacionais divertidos para tornar o processo de aprendizagem mais lúdico e inclusivo, pois terá igualmente a componente de jogos educativos.

“Importa salientar que com a implementação do projecto SUSE-

Learning, o professor não perderá seu estatuto na sociedade, pelo contrário, terá o privilégio à medida que lhe permitirá dar mais”, acrescentou.

Entretanto, Hélder dos Santos-fincou que o objectivo desta plata-

forma não visa substituir o ensino pré-estabelecido mais sim, agregar mais valor e recursos alternativos de forma a tornar o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico tendo em conta os desafios e as oportunidades actuais ■

Smartphone faz parte da vida do cidadão

“*Para uns ter um smartphone é um luxo, hoje, ter um smartphone faz parte das necessidades ou cuidados básicos de qualquer cidadão*”

Responsável pela smartphoneyzação na Escola Superior de Gestão Corporativa e Social (ESGCS), Elton Enriques Nhamuave, refere que o smartphone faz parte das necessidades ou cuidados básicos de qualquer cidadão, pois possui múltiplas funcionalidades que permitem com que as pessoas estejam conectadas independentemente de sua localização geográfica, para além de ser um óptimo instrumento para efectuar serviços financeiros.

“Para uns ter um smartphone é um luxo, hoje, ter um smartphone faz parte das necessidades ou cuidados básicos de qualquer cidadão. O smartphone tem muitas finalidades, nomeadamente: a proximidade, comunicação entre as pessoas. Serve também para efectuar serviços financeiros, como por exemplo, o Mkesh, E-mola, Mpesa, Millenium IZI, entre outros”, argumentou

Hoje, de acordo com Elton Nhamuave, o smartphone serve como adesão para aprendizagem e gera conectividade, conhecimento gera a inclusão da demanda qualificada e por conseguinte a inovação.

Por isso, o nosso interlocutor pede a quem é de direito para massificar o smartphone, nas escolas, nas cidades, municípios, nos bairros, nas empresas, para que todos estejam conectados sem exclusão.

“Com o smartphone, um aluno pode ter aula em tempo real independentemente do local. Uma das vantagens do modelo de Smartphoneyzação é de assistir as aulas inúmeras vezes até perceber, junto aos familiares, vizinhos, amigos, colegas”, concluiu ■

-defende
Elton Nhamuave,
smartphoneyzação
da CBS





14

Américo Muchanga

Assume novas responsabilidades

A empresa pública Aeroportos de Moçambique, já tem um novo Presidente do Conselho de Administração (PCA). Trata-se de Américo Muchanga, que

substitui no cargo Emanuel Chaves. A decisão foi tomada na sessão do Conselho de Ministros havida a 01 de Fevereiro do ano que corre.



O homem que se segue nos Aeroportos de Moçambique, Empresa pública, é engenheiro de tráfego em redes ópticas, tem larga experiência na área das comunicações, tendo exercido, por vários anos, o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional das Comunicações (INCM).

Durante o seu percurso profissional, Américo Muchanga foi também director geral do INCM e exerceu as funções de director de Planeamento e do Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a mais antiga instituição de ensino superior do país.

Na hora da tomada de posse, o Primeiro-Ministro (PM), Carlos Agostinho do Rosário, desafiou ao novo PCA a prosseguir com os investimentos em curso na modernização, ampliação das infra-estruturas aeroportuárias, o que permitirá melhor resposta às novas dinâmicas de desenvolvimento do nosso país; assegurar que os Aeroportos de Moçambique sejam rentáveis de modo a garantir que sejam sustentáveis económica e financeiramente; melhorar os indicadores de tráfego de passageiros e carga; e tornar os aeroportos nacionais em centros logísticos e de desenvolvimento com impacto para a economia e as comunidades locais.

O PM acrescentou que para o sucesso no exercício das funções que acaba de assumir, deve dentre outras, valorização e boa gestão dos recursos humanos existentes na instituição através da capacitação e formação especializada; gestão orientada para resultados; e enveredar por critérios de transparência e prestação de contas na gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da instituição que passa a integrar ■

Fotos: Júlio Saul



16

Senti-me orgulhoso ao ver nossa Bandeira exposta no Rally Dakar

Texto: Júlio Saul/Belodêncio Nhabinde

- diz o piloto moçambicano, Paulo Oliveira

O piloto moçambicano e empresário, Paulo Oliveira, continua a fazer história no motociclismo. Participou em outros eventos de realce como, por exemplo, o Campeonato do Mundo de Moto Rally (PanÁfrica), em Setembro de 2019, e o Campeonato Europeu de Bajas, em Porto Alegre, onde terminou em quinto lugar de sua classe e em 36º da geral, numa competição em que tomaram parte mais de 120 pilotos.

Com uma experiência acumulada no desporto motorizado, agora, pela primeira vez na história, o piloto representou a Nação moçambicana no maior evento planetário do desporto motorizado, Rally Dakar, na Arábia Saudita, que decorreu de 01 a 14 de Janeiro de 2022, onde ocupou com todo orgulho a posição 116, num universo de 750 concorrentes. Acompanhe nas linhas que se seguem os detalhes da sua participação no evento.

SONHO DE INFÂNCIA

O piloto referiu que participar no Rally Dakar foi a consumação de um sonho de infância. Para lograr este objectivo, em 2019, após ter participado no Moto Rally (Pannáfrica), iniciou a sua preparação para este evento planetário.

"Esta é a primeira participação de Moçambique no Rally Dakar. Uma prova desta dimensão necessita de muita dedicação. Por isso, tivemos que nos preparar, assim como participar em muitas corridas pelo mundo. Trabalhámos duro para que pudéssemos ser aceites, pois trata-se duma prova muito criteriosa e nem todos conseguem se inscrever", disse.

Portanto, a viagem para Arábia Saudita foi no dia 26 de Dezembro de 2021, onde o piloto teve a oportunidade de fazer as verificações técnicas e administrativas para no dia 01 de Janeiro de 2022 arrancar a derradeira competição, que se estendeu até ao dia 14 do mesmo mês.

Paulo Oliveira explicou que o evento foi composto por um prólogo, uma etapa pequena e limitada, e depois do prólogo seguiram-se mais 12 etapas onde no total são percorridos oito (8) mil km dos mais variados.

"Para cada etapa, recebíamos indicações diferentes e através do mapa, que nos era fornecido 20 minutos antes de iniciar a partida, sabíamos onde seria o terreno a ser explorado", lembrou.

O nosso entrevistado acrescentou que as etapas variavam entre 300 e 800 km por dia e eram compostas por um troço que, normalmente, é a metade do troço completo.

"Em cada etapa havia um vencedor. A classificação do vencedor era feita por quem percorria o tempo mais rápido e por quem menos

falhas tivesse. Contudo, através do mapa, que nos era fornecido, era necessário seguir com todas as indicações", realçou.

O piloto Paulo Oliveira lembra que enfrentou dificuldades na décima primeira etapa, quando o motor se "calou" e além disso, faltavam 100km por percorrer.

"Conseguimos levar a moto para um local fechado e fazer a devida reparação. Por este momento, levámos 45 minutos de penalização e ainda assim, não nos deixamos ir abaixo e não desistimos. Conseguimos terminar com a etapa e não ficámos em último", afirmou.

MISSÃO CUMPRIDA COM MAIOR DISTINÇÃO

Sendo a primeira vez a competir no Rally Dakar, Oliveira explicou que o objectivo era o de terminar a prova e acrescentou que é preciso que as pessoas saibam de que dos 160 motociclistas, já é uma grande sorte estar naquele grupo, pois havia mais 500 pretendentes.

"Contudo, terminar a competição já é algo bastante emocionante, além disso, cerca de 20 ou 30 concorrentes desistiram da partida devido ao esgotamento físico-mental e problemas mecânicos da moto. Mais de 50% dos participantes são pilotos profissionais e durante o ano passam a vida a treinar para poderem competir no evento", reconheceu.

Paulo Oliveira não esconde a sua emoção e diz ser o primeiro moçambicano a participar no Rally Dakar, é um orgulho enorme e terminar a competição independentemente da posição, já é um grande feito.

"Hoje, não precisamos passar pelas preparações, porque já somos reconhecidos como pilotos profissionais, mas também para as gerações futuras, que já queiram



participar do Rally. Até porque já temos alguém no país com experiência para ajudar os próximos que queiram participar e temos todo o gosto em ajudar”, garantiu

Mais do que sentir orgulho pelo seu feito como moçambicano, Paulo Oliveira reconhece o carinho e apoio de todos por acreditar nele.

“Foi muito importante perceber que tínhamos toda a nação a festejar. Foi um momento de muita responsabilidade. Consegui realizar este sonho que na verdade é de todos os moçambicanos. Foi bom ver a nossa Bandeira além-fronteiras. É motivo de orgulho. É necessário que acreditemos sempre nos nos-

sos sonhos, daí que é preciso trabalhar com muita dedicação, foco e persistência. Esta participação e realização do meu sonho mostrou, claramente, que, como fruto de algo que nós fazemos com paixão, sacrifício, trabalho, é possível chegarmos longe”, referiu.

Em Moçambique

Paulo Oliveira Deseja desenvolver desporto motorizado



18

O piloto moçambicano, Paulo Oliveira, tem o desejo de criar uma academia para desenvolver o desporto motorizado no país, numa altura em que a modalidade está na fase embrionária. Esta intenção foi manifestada após a sua participação no Rally Dakar.

Segundo Paulo Oliveira, o projecto da academia, cujos detalhes, por questões meramente organizacionais, permanecem em segredo dos deuses, será implementado em parceria com o ATCM. A ideia, tal como venceu, é que mais jovens abracem este tipo de desporto e, num futuro não muito distante, mais pilotos moçambicanos possam participar em provas do género.

“Não vamos arrumar as botas, depois desta participação no Rally Dakar. Temos já alguns projectos, um deles que não tenho escondido e que será em coordenação com o ATCM

Não vamos arrumar as botas, depois desta participação no Rally Dakar. Temos já alguns projectos, um deles que não tenho escondido e que será em coordenação com o ATCM



dido e que será em coordenação com o ATCM, que é desenvolvermos uma academia e começar a desenvolver este tipo de desporto para jovens”, disse.

Paulo Oliveira é o primeiro moçambicano a participar no Rally Dakar, tendo ocupado, na classificação geral, a 116ª posição.

O experimentado piloto moçambicano cumpriu 11 das 12 etapas que corporizavam a edição deste ano do Rally Dakar, sendo que não terminou a 11ª etapa devido à problemas mecânicos na sua motorizada.

A participação de Paulo Oliveira no Rally Dakar foi patrocinada pela Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), Access Bank, Cine Group, Agência de Viagens Catur, Grupo Salvador Caetano, Intelec Holdings, Trassus, Secretaria de Estado do Desporto, Federação Moçambicana de Automobilismo e Motociclismo (FMAM) e ATCM ■

Vendas de automóveis em derrapagem

Mudando de capítulo, Paulo Oliveira fez um breve balanço das vendas de automóveis da Caetano Formula-Moçambique. Começou por explicar que, os últimos três anos têm sido bastante críticos devido à uma série de dificuldades que vêm assolando o país, desde o ciclone Idai, seguido da Covid-19 e do advento do terrorismo em Cabo-Delgado.

“O sector de vendas de automóvel foi afectado e contribuiu negativamente nas negociações, tendo isso adiado a confiança por parte dos nossos clien-

tes. Tudo isso fez com que o sector do automóvel não registasse o desempenho desejado. Os últimos dois anos foram anos para sobreviver”, referenciou.

Ademais, Oliveira deu motivos irrefutáveis para qualquer pessoa aderir ou comprar carros na Grupo Salvador Caetano, nomeadamente ser recebido com simpatia, serviço de qualidade, um serviço que não termina com a entrega da viatura, pois a Caetano é uma empresa com 75 anos de existência e os negócios são feitos com base na honestidade, qualidade de serviço pós-venda e manutenção. Contudo, a Caetano é uma grande família” ■





Governo apoia iniciativas juvenis

- afirma
Oswaldo Petersburgo
Secretário de Estado
da Juventude e
Emprego

20

Realizou-se recentemente em Maputo, o encontro do Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ). A reunião analisou várias matérias, dentre elas, o Plano de Implementação da Política da Juventude 2021, apresentação do Plano de Acção de Implementação da Política da Juventude, submetido ao Conselho de Ministros para a sua apreciação e aprovação.

"Acabámos de realizar o plenário do comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens. Durante o fórum, foi apresentado o Relatório do Plano de Acção da Política da Juventude 2021, que mostra que o Governo de Moçambique, seus parceiros e a sociedade civil fizeram em 2021 em prol da

“

Este fórum, é um exemplo a nível de Africa, pois Moçambique é dos países com um Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens”

juventude, em resposta a Política da Juventude”, disse o Oswaldo Petersburgo, Secretário de Estado da Juventude e Emprego.

Petersburgo acrescentou que foi igualmente colocado a mesa o Plano de Acção para 2022, instrumentos que serão submetidos ao Conselho de Ministro para a sua apreciação e posterior aprovação.

Uma vez aprovados pelo Conselho de Ministros de acordo com o Secretário de Estado da Juventude e Emprego, o Relatório segue para a Assembleia da República (AR), conforme manda o Decreto-lei da Política da Juventude aprovada na AR.

“Este fórum, é um exemplo a nível de Africa, pois Moçambique é dos países com um Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens. Envolvermos não só membros do Governo, mas também parceiros

“

O foco tem a ver igualmente com questões ligadas à habitação, promoção de habitação, emprego e auto-emprego e empreendedorismo

”

de cooperação e a sociedade civil”, referiu.

O dirigente explicou que, das 121 acções que estavam previstas para 2021, conseguiram realizar com sucesso 70 acções. “Temos também algumas acções que realizamos a 50% e temos 20 acções que não conseguimos realizar como gostaríamos. O relatório indica realizações em todas as áreas de governação e mostra efectivamente o que nós fizemos em prol da juventude”, fincou.

Segundo explica Petersburgo, durante o ano 2021, deram mais destaque aos distritos e foi nessas parcelas de país, aonde foram capacitados e formados os respectivos administradores para que o Comité que também existe a nível central possa existir ao nível do distrito e da província.

“Ao nível das províncias, os Secretários de Estado dirigiram os Comités provinciais e seus Go-

vernadores ao nível da governação descentralizada, dirigiram os diálogos com os próprios jovens. Podemos também destacar que no quadro da organização e funcionamento deste Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens, tivemos três sessões dirigidas pelo Primeiro –Ministro”, realçou.

O foco das acções do Plano de Acção da Implementação da Política da Juventude em 2021 segundo Oswaldo Petersburgo centra – se na formação profissional, acesso à educação, desde o ensino básico até ao ensino superior, onde entram também a questão das bolsas de estudo tanto para a formação profissional, como também para o ensino superior (licenciatura e mestrado).

“O foco tem a ver igualmente com questões ligadas à habitação, promoção de habitação, emprego e auto-emprego e empreendedorismo. Também destacamos a inclusão digital, o combate à gravidez precoce, assim como aos hábitos de vida saudáveis, com destaque para a saúde sexual reprodutiva dos adolescentes e jovens e droga na juventude”, concluiu ■



Celmira Silva vai cuidar da Natureza!

Celmira Frederico Pena da Silva assumiu, no passado dia 02 de Fevereiro de 2022, o cargo de Directora-Geral da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), em substituição de Mateus Muthemba. A cerimónia de tomada de posse foi dirigida pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

À data da sua nomeação, Celmira da Silva desempenhava as funções de Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSAN) e dirigia o Secretariado Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN).

A nova Directora-Geral da ANAC foi Governadora da Província de Cabo Delgado, Vice-Ministra da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), e também exerceu cargos de direcção e chefia no Ministério da Juventude e Desportos. Celmira da Silva é licenciada em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e mestranda em sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa de Portugal.

No acto de tomada de posse, o Primeiro-Ministro contextualizou afirmando que para assegurar um desenvolvimento económico sustentável de Moçambique, o Governo tem vindo a implementar acções que visam garantir uma gestão criteriosa e económica dos recursos naturais e do ambiente.

Deste modo, a aposta incide sobre a gestão





sustentável dos recursos naturais e do ambiente, uma vez que constitui a base para garantir a satisfação das necessidades actuais de desenvolvimento e das futuras gerações.

“É neste contexto que criamos a Administração Nacional das Áreas de Conservação com o objectivo principal de assegurar a convivência harmoniosa entre o homem e a natureza, a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como o uso sustentável dos recursos naturais. No âmbito da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, a ANAC tem a missão de assegurar a gestão das áreas de conservação existentes no país”, clarificou o Primeiro-Ministro.

Em Moçambique, segundo Carlos Agostinho do Rosário, as áreas de conservação representam 25%

do território nacional e elas asseguram o equilíbrio dos ecossistemas, o que contribui para elevar o potencial de desenvolvimento do ecoturismo no nosso país.

“Entre as grandes atracções do ecoturismo no nosso país, podemos destacar os Parques Nacionais da Gorongosa, Bazaruto, Chimanimani, Quirimbas e as Reservas de Maputo, Marromeu e Niassa”, destacou o Primeiro-Ministro.

É assim que o Governo espera que a nova Directora-Geral da ANAC e a sua equipa de trabalho continuem a desenvolver, de entre outras, as seguintes acções:

- Educação e consciencialização das comunidades sobre a importância do respeito ao meio ambiente e à preservação da natureza, através da implementação de programas socioeconómicos;

- Prevenção e mitigação do conflito Homem-fauna bravia, de modo a alinhar a conservação da biodiversidade aos objectivos da melhoria das condições de vida das comunidades;

- Desencorajamento da prática de queimadas descontroladas;

- Administração eficaz dos Parques e Reservas Nacionais, as Coutadas oficiais, as Fazendas de bravio e demais áreas de conservação;

- Ordenamento dos assentamentos humanos que se encontram no perímetro das áreas de conservação;

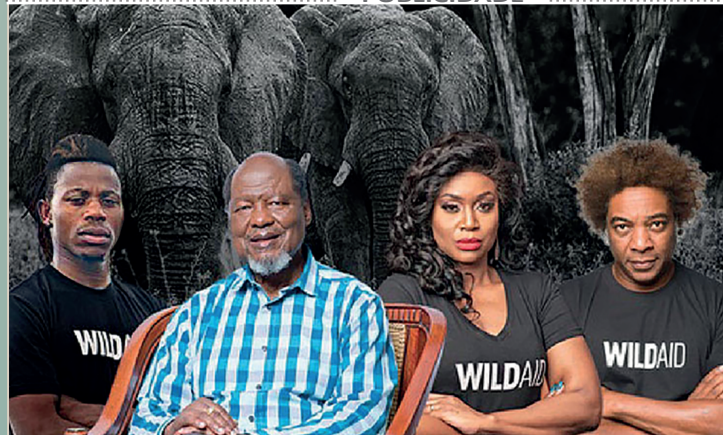
- Prevenir e desencorajar a prática ilegal da actividade de mineração, caça e a exploração florestal madeireira; e

- Promover o desenvolvimento de infra-estruturas de gestão e de turismo nas áreas de conservação.

Refira-se que ANAC é uma entidade do Estado criada pelo Governo com o objectivo de administrar os Parques, Reservas, Coutadas Oficiais, Fazendas do Bravio e demais Áreas de Conservação legalmente criadas e colocadas sob a sua administração.

As áreas de conservação em Moçambique ocupam pouco mais de 18 milhões de hectares, que correspondem a cerca de 25 por cento do território Nacional e é constituída por nove Parques e seis Reservas Nacionais, duas áreas de protecção ambiental, 50 fazendas do bravio e 40 coutadas oficiais entre comunitárias e privadas ■

PUBLICIDADE



A CAÇA FURTIVA ROUBA DE TODOS NÓS

STEWART SUKUMA
(EMBAIXADOR DA CAMPANHA)

DENUNCIE AS AUTORIDADES GRÁTIS
843220837 | 874583870



WILDAID

Planificar mudanças climáticas incrementa desenvolvimento sustentável

-defende
Ivete Maibaze,
Ministra da Terra
e Ambiente



24



Act #ForNature



A Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, chefe da delegação moçambicana que participa de 28 de Fevereiro a 02 de Março no segundo segmento da 5ª sessão da Assembleia do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA), que decorre em Nairobi, capital queniana, referiu que, o reforço da integração de assuntos sobre as mudanças climáticas, economia verde, azul e circular nos processos de planifi-

cação e orçamentação, atendendo às políticas e prioridades do país, é de extrema importância para concretizar os objectivos de desenvolvimento sustentável a nível global.

O evento que decorre sob o lema "Reforçando Acções para a Natureza, com vista ao Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável", tem como objectivo mobilizar os Estados membros para o desenvolvimento de acções colectivas e robustas, de modo a materializar a Agenda 2030. Por

outro lado, pretende-se dar início ao processo negocial para a adopção de um novo instrumento legalmente vinculativo para combater a poluição pelo plástico.

Segundo a ministra, ampliar a integração destas matérias nos diferentes instrumentos de governação nacionais pode promover um investimento de qualidade e criar um potencial para melhorar simultaneamente os meios de subsistência, a saúde e a resiliência de homens e mulheres pobres face às



alterações climáticas.

“Reconhecemos a necessidade de adoptar uma abordagem holística e integrada como requisito para acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Os resultados de desenvolvimento sustentável somente serão alcançados se as acções permanecerem dentro dos padrões sociais, económicos e ambientais tradicionais”, referiu.

A governante acrescentou que é essencial acelerar as reformas legais sobre terras e florestas para garantir uma gestão inclusiva e sustentável dos recursos naturais e a um crescimento económico que esteja ligado à erradicação da pobreza.

Maibaze reconheceu a importância de fortalecer a propriedade dos recursos naturais pelas comunidades locais, criando áreas de conservação comunitárias para promover o desenvolvimento integrado da vida selvagem e do homem, através das parcerias público-privadas.

Falou igualmente da necessidade de promover o uso de fontes alternativas de energia, incluindo a energia limpa, por forma a reduzir o desmatamento e destruição florestal.

“Apesar do surto de COVID-19 e das suas consequências e impacto negativo para a economia, estamos totalmente determinados e empe-

nhados em assumir a responsabilidade de proteger a biodiversidade e os serviços ecossistémicos. E esperamos que esta sessão especial fortaleça o compromisso e engajamento global em apoiar os países mais afetados para se recuperarem e se adaptarem aos efeitos extremos das mudanças climáticas”, realçou.

A Ministra da Terra e Ambiente acredita que a Assembleia do Meio Ambiente seja uma plataforma útil para dar uma contribuição significativa para fortalecer a acção pela natureza e trazer uma Declaração Sustentável para o Desenvolvimento.

A participação no evento é uma oportunidade para o país mostrar

ao mundo o seu compromisso com as questões ambientais, através de partilha de experiências e boas práticas, considerando que a preservação do ambiente é um objectivo alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e ao Programa Quinquenal do Governo 2020-2024. Por outro lado, a defesa do ambiente constitui uma das prioridades do país, no âmbito da sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023-2024.

O país espera, neste encontro, renovar os compromissos globais para a acção colectiva sobre o ambiente, no quadro da implementação da Agenda 2030; reafirmar o seu compromisso político para com as questões ambientais; adoptar a Declaração Ministerial da UNEA 5.2; adoptar a Declaração Política da UNEP 50 entre outras resoluções que versam sobre as diferentes matérias que serão objecto do debate entre as partes.

A delegação moçambicana vai participar ainda, nos dias 3 e 4 de Março, na sessão especial alusiva a comemoração dos 50 anos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, evento no qual os Estados membros e diferentes actores irão assinalar os principais marcos registados desde a criação da UNEP, em Junho de 1972 ■



Moçambique celebra Dia Mundial das Terras Húmidas

Assinalou-se a 02 de Fevereiro de 2022, o Dia Mundial das Terras Húmidas. A data marca o aniversário da Convenção de Ramsar sobre Terras Húmidas, adoptada naquela cidade iraniana em 1971.

No entanto, só a partir deste ano é que a data passará a ser comemorada ao nível da Organização das Nações Unidas, uma vez ter sido adoptada pela Assembleia-Geral a 30 de Agosto de 2021.

As celebrações que decorrem sob o lema “Acção das Terras Húmidas para Pessoas e Natureza” têm como objectivo elevar a consciência das pessoas sobre a importância destes locais na conservação

da biodiversidade e no bem-estar do Homem no Planeta.

As terras húmidas são áreas de pântano, charco, terra turfosa de água, tanto natural como artificial, permanente ou temporária, com água estática ou corrente, salubre, doce ou salgada, incluindo áreas de águas marinhas cuja profundidade, em maré baixa, não ultrapassa os seis metros.

Dentre várias funções que elas desempenham, destaca-se o facto de a vegetação nas terras húmidas filtrar materiais poluidores, fazendo com que a água seja limpa e potável; a humidade constitui o meio de vida para milhões de pessoas; as turfeiras armazenam 30% do

carbono terrestre; os lagos e rios proporcionam alimento e medicamentos às pessoas e animais e, os mangais e recifes de coral protegem as comunidades costeiras de marés de tempestades, furacões e tsunames.

Devido às acções antropogénicas, as terras húmidas estão a desaparecer três vezes mais rápido que as florestas, estimando-se que cerca de 35% já desapareceram desde os anos 70. Dentre várias causas destacam-se, a drenagem e aterragem para actividades agrícolas, construção de infra-estruturas (edifícios e barragens); exploração excessiva dos recursos florestais e faunísticos; ocorrência de espécies



invasoras e ocorrência das mudanças climáticas.

Perante esta ameaça global, Moçambique junta-se a este movimento planetário que visa reduzir os níveis de degradação das terras húmidas, através da implementação de acções que asseguram a sua conservação e o uso sustentável, enquanto locais vitais para a vida e para o equilíbrio ecológico.

Em 2019, o país procedeu ao levantamento e identificação das terras húmidas com uma área de pelo menos 500 hectares. Deste exercício, resultou um total de 114 terras húmidas, o que representa uma área de cerca de 892.166 (oitocentos e noventa e dois mil e cento e sessenta e seis) hectares distribuídos por todas as províncias do país.

A selecção destas áreas de importância nacional foi baseada na informação científica disponível e na identificação de sítios relevantes do ponto de vista da agenda de conservação da biodiversidade e do apoio que prestam às populações humanas e à economia do país, como são os casos das áreas com alto potencial turístico e/ou agrícola.

Das 114 terras húmidas, oito (8) foram identificadas como prioritárias para recomendação à lista Ramsar, que é a designação atribuída a terras húmidas apropriadas, dentro do território nacional, para inclusão numa lista de terras húmidas de importância internacional.

As oito áreas identificadas foram:

(1) Terras Húmidas de Nangade, Palma e Mocimboa da Praia, (2) Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas, (3) Lago Urema, (4) Estuário de Buzi e Púngue, (5) Lago Banamana, (6) Rio Changané, (7) Lagoa Chuáli e (8) Terras Húmidas da Reserva Especial de Maputo (actualmente Parque Nacional de Maputo). Se forem aprovadas poderão se juntar ao Lago Niassa e ao Complexo de Marromeu, que já fazem parte da lista Ramsar.

A selecção destas áreas obedeceu a critérios da Convenção RAMSAR, dos quais se destacam, áreas ecológicas que alberguem espécies vulneráveis, em perigo ou criticamente ameaçadas assim como comunidades ecológicas ameaçadas; territórios que alberguem populações de espécies animais ou plantas

que sejam relevantes para a preservação da diversidade biológica de uma região biogeográfica particular; áreas que alberguem de forma regular 20.000 ou mais aves aquáticas e áreas que alberguem de forma regular um (1) por cento dos indivíduos de uma espécie ou subespécie de espécies que não sejam ornitológicas cuja sobrevivência depende das terras húmidas.

Assim, o Ministério da Terra e Ambiente aproveitou a ocasião para apelar a sociedade no geral no sentido de desencadear acções e adoptar medidas que contribuam para a restauração das áreas degradadas, preservação e manejo sustentável das terras húmidas, que constituem repositório de valiosos meios de vida para o Planeta e para o Homem em particular ■



Texto: Belodêncio Nhabinde/Júlio Saul

Golfe é um veículo de relação empresarial

-afirma
Benjamim Fernandes,
presidente do Clube
de golfe da Polana

Temos um grupo de competição que é para as empresas, cujo objectivo é de aproximá-las e passar a mensagem de que o golfe é uma ferramenta de vendas e de relacionamento com os clientes corporativos

28

O presidente do Clube de Golfe da Polana, Benjamim Fernandes, em entrevista exclusiva com a ÍDOLO, revelou que para o presente ano, o seu elenco vai criar condições com vista a aproximar sócios do Clube por meio de convívios e actividades desportivas, de forma a incutir o espírito de negócios nos associados.

"Temos um grupo de competição que é para as empresas, cujo objectivo é de aproximá-las e passar a mensagem de que o golfe é uma ferramenta de vendas e de relacionamento com os clientes corporativos", explicou.

Fernandes acrescentou que as empresas devem perceber a mensagem de que para além de jogar, a modalidade constitui grande oportunidade para fechar negócios entre os praticantes.

"Portanto, as empresas poderão convidar seus clientes corporativos para jogarem uma partida de golfe, e isso fará com que tenham uma relação mais estreita com seus clientes", realçou.

De acordo com o nosso entrevistado, o lema com as empresas é de criar um programa de lealdade que ajude-as a reter seus clientes dentro da organização e explica-los que o golfe é uma ferramenta de vendas, realidade, acima de tudo, fidelização de seus clientes corporativos.

MASSIFICAR A MODALIDADE

Um dos grandes problemas no entender do presidente é de o golfe em Moçambique ser visto como moda-





Fotos: Júlio Saut

lidade de elite, mas com o novo elenco, pretende-se desmistificar a ideia e passar a mensagem de que o golfe pode ser praticado por qualquer pessoa, independentemente da sua condição social.

“É um desporto acessível para todas as camadas sociais. Não queremos tornar a modalidade para um grupo restrito de sócio, mais sim massificar o golfe. Temos programas muito interessantes nas escolas, que consiste em trabalhar com alunos das escolas próximas ao Clube do golfe da Polana”, explicou.

PROJECTOS

Benjamim Fernandes, fincou que está em processo, o programa da academia do golfe, após isso, as escolas ao redor do Clube serão contempladas para fornecer os seus alunos para iniciarem o ABC

DA MODALIDADE

“Neste momento pretendemos adquirir o material. Já identificamos potenciais professores para

forma-los e certifica-los. Temos equipas focadas na implementação do nosso plano de actividades por isso, fazemos reuniões de controlo e desempenho”, afirmou.

No tocante à participações internacionais, Fernandes referiu que o Clube de golfe da Polana faz parte da organização da modalidade a nível do continente africano que lhes tem convidado para participar em torneios.

“Assinámos um contrato com a organização que gere os handicaps na região de África, cujo objectivo é de fornecer aos nossos jogadores um cartão de reconhecimento a nível africano para que possam participar nos torneios internacionais. Neste momento ainda estamos a cadastrar os atletas no sistema para começarem a terem os handicaps, o que vai permitir que participem em qualquer torneio internacional”, realçou.

Outro projecto de realce conforme o presidente do Clube é de atrair mais empresas e criar dinamismo na modalidade no sentido de angariar maior número atletas.

“Temos um plano muito concreto na formação de jovens, e queremos apostar muito nas escolas. Estamos preocupados em formar jovens que amanhã vão representar o país nas competições internacionais”, adiantou.

O Clube, pretende igualmente, de acordo com o nosso interlocutor, criar a cultura de golfe nas crianças, sensibilizar as mulheres a praticarem o golfe e desmistificar o conceito de que o golfe é só para homens.

CONDIÇÕES DO CAMPO

De acordo com Fernandes, o campo de golfe da Polana está melhor comparando com há cinco anos (5) anos. Porém, a grande preocupação prende-se com a população circunvizinha que usa o local como ponto de ligação entre vários bairros, o que tem danificado a relva e perigando a vida de quem atravessa.

“Portanto, temos um grande projecto de vedar o campo. Com isso, contamos com o município de Maputo e o nosso principal parceiro, a golfe invest, a entidade que gere o campo. Notamos que há um grande perigo quando se atravessa o campo durante as partidas de golfe”, concluiu ■





Mais Internet para Moçambique

O Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), Autoridade Reguladora das Comunicações autorizou há dias, o processo de licenciamento da Empresa Americana Starlink, especializada em prestação de serviços comerciais de Internet via Satélite e representante da SpaceX.

Espera-se licenciamento desta entidade vai trazer enormes benefícios ao ecossistema das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em Moçambique.

O serviço de transmissão de dados a ser prestado pela Starlink vai complementar os outros disponíveis no mercado sem, contudo, substituir as tecnologias já existentes.

Para além de reforço na expansão da banda-Larga, estes serviços constituirão igualmente apoio para o governo, na melhoria da conectividade em todo o país, e em sectores específicos, com destaque para a educação pública.

Uma das grandes apostas da Starlink, é fornecer banda lar-

ga ultra-rápida para o continente africano até ao final de 2022, o que permitirá a expansão para um maior número de pessoas e locais, com destaque para as zonas rurais e outras não servidas até hoje.

O tempo relativamente reduzido do processo de atribuição de licenças no sector das comunicações em Moçambique, disponível na carta de serviços do INCM, torna Moçambique primeiro país africano a operar os serviços fornecidos por esta entidade, como resultado da sua flexibilidade regulatória ■





Maquetização

Impressão

Acabamentos

- CARTAZES
- CONVITES
- MANUAIS
- P. TIMBRADOS
- PANFLETOS
- BROCHURAS
- CALENDÁRIOS
- CARTÕES DE VISITA
- CARTÕES DE BOAS FESTAS
- RECIBOS, FACTURAS, V. DINHEIRO



sidat
SPORT

Desporto a seu estilo



LINHA
VERDE
8004455

INVESTIR NA BOLSA DE VALORES É APOSTAR NA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE



APOSTE NA
BOLSA DE VALORES!

Av. 25 de Setembro, 1230, 5º andar, bloco 5
Prédio 33 Andares Maputo Moçambique
Tel: +258 21 308826/7/8 Cel: +258 823007140
+258 823196080/+258 843014910
Email: info@bvm.co.mz

SITE: WWW.BVM.CO.MZ
APOIO AO INVESTIDOR
E-mail: apoio.investidor@bvm.co.mz
APOIO AS EMPRESAS
E-mail: apoio.emitentes@bvm.co.mz